

CCPNC - CENTRO CULTURAL PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DO CABO

**RELATÓRIO DE CONTAS  
ESCOLA DE MÚSICA  
NOSSA SENHORA DO CABO**

---

**ANO 2025**

*Handwritten signature and date:*  
12/12/25

## 1. Apresentação

---

O CCPNC - Centro Cultural Paroquial de Nossa Senhora do Cabo - Associação também designado, estatutariamente por Escola de Música Nossa Senhora do Cabo (EMNSC), é uma instituição sem fins lucrativos, ereta canonicamente pelo Patriarcado de Lisboa, conforme consta dos seus estatutos aprovados a 30/03/2009, tendo sido feita a devida participação de existência ao governo civil de Lisboa em 28/9/2009, nos termos do n.º 10 da Concordata assinada a 18 de Maio de 2004 entre a República de Portugal e a Santa Sé.

De acordo com os fins estatutariamente definidos, o CCPNC/EMNSC rege-se pelo estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, sendo reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, tendo a sua sede em Linda-a-Velha, na Rua Lusíadas, n.º 4-A, e uma extensão em Paço de Arcos, na Av. Senhor Jesus dos Navegantes, n.º 4.

- a) **Missão:** Mais do que uma Escola que promove o ensino das artes, queremos ser capazes de educar cada pessoa na sua dignidade plena, promovendo-se a si mesma e aos outros, através do ensino artístico, valorizando todas as dimensões da pessoa humana: espiritual, intelectual, emocional e física.  
O nosso trabalho diário procura trazer a arte para a vida, através da formação e da criação de atividades artísticas, nomeadamente na área da música e da dança.  
Queremos incentivar o desenvolvimento do gosto artístico e do pensamento criativo e promover a excelência em todos os níveis, a fim de formar músicos e bailarinos de excelência.  
Pretendemos concretizar em cada ação o legado que nos é confiado: colocar verdadeiramente a “Arte ao serviço do Homem”.
- b) **Visão:** Ser parte ativa da rede artística nacional, colaborando com o Ministério da Educação, (re)afirmando institucionalmente o valor e a importância do ensino artístico.  
Agilizar e reorganizar os protocolos e procedimentos existentes, tornando possível a descentralização, através da abertura de polos que permitam aproximar-nos dos alunos que nos procuram, e o estabelecimento de novas parcerias com o município, com as paróquias e associações existentes no concelho de Oeiras e concelhos limítrofes.  
Agilizar procedimentos internos, a vários níveis, para ser possível chegar com mais qualidade, a um maior número de pessoas.  
Desenvolver a parceria com a Escola Diocesana de Música Sacra, procurando alcançar toda a área geográfica do Patriarcado de Lisboa.  
Promover atividades (concertos, audições, celebrações) que permitam o contacto direto com as realidades sociais envolventes, indo mais além da comunidade Escolar.
- c) **Valores:** Inspirada na matriz Cristã que está na sua génese, a EMNSC assenta a sua ação em valores como: Integridade - Pautamos a nossa conduta por uma ética de retidão, brio e lealdade. Todos fomentamos o ambiente de confiança, equidade e honestidade que promove o ser humano completo, realizado e íntegro. Através da arte, proporcionar experiências que desenvolvam as várias dimensões da personalidade humana. Formar e educar com o objetivo de enriquecimento pessoal, através destas duas variantes culturais.  
Exigência e Disciplina - Fomentamos o gosto pelo trabalho, a capacidade de compromisso e o desafio da melhoria contínua, tendo por base os conceitos de rigor e empenho. Incentivamos a criação de hábitos de trabalho, levando-nos a querer sempre fazer mais e melhor.  
Respeito - Acreditamos na dignidade humana e promovemos formas saudáveis de convívio. Cultivamos uma atitude positiva. Educamos e formamos os mais jovens, ensinando-os a ter respeito por si e pelo próximo, tendo por base os princípios de igualdade e transparência.
- d) **Lema:** A arte ao serviço do Homem (lat: *ars hominis servitum*) através da arte, despertar para o verdadeiro sentido da dignidade da vida humana.

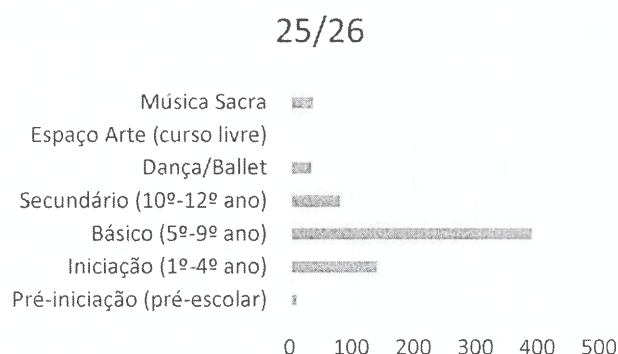
A EMNSC é um estabelecimento de ensino artístico especializado, atuando na área da música e da dança.

12/11/2012  
P.N.

## 2. Indicadores operacionais

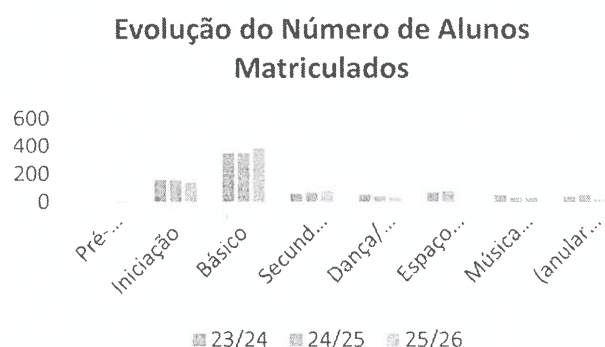
### a. Alunos matriculados em 2025 (25/26)

Alunos Matriculados	23/24	24/25	25/26
Pré-iniciação (pré-escolar)	6	5	10
Iniciação (1º-4º ano)	166	158	140
Básico (5º-9º ano)	350	355	391
Secundário (10º-12º ano)	63	67	81
Dança/Ballet	56	47	34
Espaço Arte (curso livre)	70	76	0
Música Sacra	51	36	37
<b>Total</b>	<b>762</b>	<b>744</b>	<b>693</b>



### b. Evolução do número de alunos

Cursos e faixas etárias	23/24	24/25	25/26
Pré-iniciação	6	5	10
Iniciação	166	158	140
Básico	350	355	391
Secundário	63	67	81
Dança/Ballet	56	47	34
Espaço Arte	70	76	0
Música Sacra	51	36	37
(anularam a matrícula)	40	50	25
<b>Total</b>	<b>802</b>	<b>794</b>	<b>718</b>



### Destes alunos, o estado financia cerca de metade:

Alunos financiados		10º	11º	12º	5º	6º	7º	8º	9º	Total
Básico	2024/25				87	69	58	66	46	326
	2025/26				89	91	55	48	64	347
Secundário	2024/25	8	5	8						21
	2025/26	12	8	7						27
Total Geral	2024/25	8	5	8	87	69	58	66	46	347
	2025/26	12	8	8	89	91	55	48	64	374

## 3. Recursos Humanos (a 31/12)

	2024	2025
Professores/docentes	70	71
Não docentes/administrativos e técnicos	11	10
Professores/docentes em regime de prestação de serviços	24	21
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>102</b>

12/12

**Centro Cultural e Paroquial Nossa Senhora do Cabo - Associação**

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Total 2025	Total 2024
Vendas e serviços prestados	13	1 099 734,54	1 089 876,52
Subsídios, doações e legados à exploração	14	1 055 066,62	979 208,01
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	15	-252 400,20	-275 089,53
Gastos com o pessoal	16	-1 810 075,07	-1 826 784,86
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-4 395,50	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	13	10 949,06	6 839,69
Outros gastos e perdas		-2 804,95	-6 752,78
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>96 074,50</b>	<b>-32 702,95</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-26 681,98	-25 544,11
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>69 392,52</b>	<b>-58 247,06</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	13	612,50	2 062,50
Juros e gastos similares suportados		0,00	-13,63
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>70 005,02</b>	<b>-56 198,19</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>70 005,02</b>	<b>-56 198,19</b>

Direcção

Contabilista Certificado

Sérgio Nunes Pinheiro  
 António Furtado  
 Rui Pedro do Espírito Santo Lopes

Isabel C. Ant  
 CC n.º 59753

Centro Cultural e Paroquial Nossa Senhora do Cabo - Associação  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5	155 910,61	138 626,62
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		7 853,44	7 853,44
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros créditos e activos não correntes		0,00	0,00
Subtotal		163 764,05	146 480,06
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		0,00	0,00
Créditos a receber	7	5 331,01	18 365,40
Estado e outros Entes Públicos	11	153,12	515,63
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	8	6 070,50	5 880,20
Outros activos correntes	7	34 135,40	31 507,71
Caixa e depósitos bancários	4	467 636,18	359 920,47
Subtotal		513 326,21	416 189,41
<b>Total do Ativo</b>		<b>677 090,26</b>	<b>562 669,47</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-43 220,59	12 977,60
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	14	45 538,72	12 659,62
Subtotal		2 318,13	25 637,22
Resultado líquido do período		70 005,02	-56 198,19
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>72 323,15</b>	<b>-30 560,97</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	10	6 857,47	5 325,40
Estado e outros Entes Públicos	11	77 148,38	91 981,94
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	8	180 520,01	180 006,66
Outros passivos correntes	10	340 241,25	315 916,44
Subtotal		604 767,11	593 230,44
<b>Total do passivo</b>		<b>604 767,11</b>	<b>593 230,44</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>677 090,26</b>	<b>562 669,47</b>

Direcção

*Luís Paulo Pinheiro Jansen*  
*António*  
*Rui Pedro do Espírito Santo*

Contabilista Certificado

*Luís C. Silva*  
CC n.º 59753

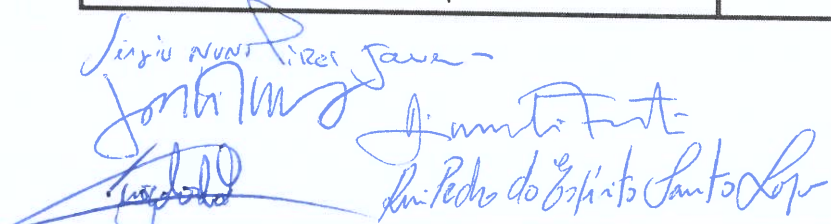
# Centro Cultural e Paroquial Nossa Senhora do Cabo - Associação

Contribuinte: 509307639

Moeda: EUR

## Demonstração de Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	2025	2024
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais - Método directo</b>			
Recebimentos de Clientes		1 129 864,95	1 059 385,62
Pagamentos a Fornecedores		-186 501,62	-183 006,14
Pagamentos ao Pessoal		-1 177 816,37	-1 177 234,48
Recebimentos do Estado		1 081 580,00	1 028 800,00
<b>Caixa geradas pelas operações</b>		<b>847 126,96</b>	<b>727 945,00</b>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		-745 078,25	-673 327,62
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>102 048,71</b>	<b>54 617,38</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		-43 967,97	-20 148,80
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		1 460,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		39 522,50	14 362,71
Juros e rendimentos similares		612,50	2 062,50
Dividendos		0,00	0,00
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>-2 372,97</b>	<b>-3 723,59</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		8 039,97	14 458,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Fluxos de actividades de financiamento (3)</b>		<b>8 039,97</b>	<b>14 458,00</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>			
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		359 920,47	294 568,68
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>467 636,18</b>	<b>359 920,47</b>


  
 João Maria Pires
   
 João Maria
   
 António Furtado
   
 Aníbal do Espírito Santo

Impreso C. F. 44
   
 CCN-59753

Centro Cultural e Paroquial Nossa Senhora do Cabo - Associação  
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2024

EUR0

DESCRICÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
<b>Posição no início do período 2024</b>	<b>6</b>	0,00	69 810,45	0,00	-56 832,85	12 977,60	12 977,60	
<b>Alterações no período</b>								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	0,00	-56 832,85	0,00	56 832,85	0,00	0,00	
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>8</b>				-56 198,19	-56 198,19	-56 198,19	
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>					-56 198,19	-56 198,19	-56 198,19	
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>								
Fundos				12 659,62		12 659,62	12 659,62	
Subsídios, doações e legados		0,00		12 659,62	0,00	12 659,62	12 659,62	
Outras operações	10	0,00						
<b>Posição no fim do período 2024</b>	<b>11=6+7+8+10</b>	0,00	12 977,60	12 659,62	-56 198,19	-30 560,97	-30 560,97	

A Direcção

Contabilista Certificado

*Dir. e adm. Fizes Jovan*  
*Dir. adm. Fizes Jovan*  
*Dir. adm. Fizes Jovan*  
*Dir. adm. Fizes Jovan*  
*Dir. adm. Fizes Jovan*

*Juarez C. F. F.*  
 CC n. 53453

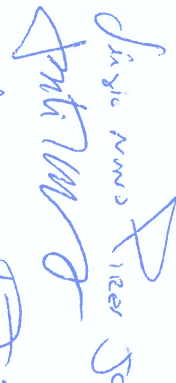


Centro Cultural e Paroquial Nossa Senhora do Cabo - Associação  
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2025

EURO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
<b>Posição no início do período 2025</b>	6	8	0,00	12 977,60	12 659,62	-56 198,19	-30 560,97	-30 560,97
<b>Alterações no período</b>								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7		0,00	-56 198,19	0,00	56 198,19	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>	8					56 198,19	0,00	0,00
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	9=7+8					70 005,02	70 005,02	70 005,02
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>								
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Outras operações	10		0,00	0,00		0,00	32 879,10	32 879,10
<b>Posição no fim do período 2025</b>	11=6+7+8+10	8	0,00	-43 220,59	45 538,72	70 005,02	72 323,15	72 323,15

A Direcção

Contabilista Certificado

 António José Soares  
 Diamantina Trinta  
 Pedro do Espírito Santo

 Augusto C. André  
 CC n.º 59953

## ANEXO

*Exercício de 2025*

*Maria*

### **1. Identificação da entidade:**

- 1 – Designação da entidade: Centro Cultural e Paroquial de N. Sra. do Cabo - Associação
- 2 – Sede: Rua dos Lusíadas, nº 4 B Linda-a-Velha, Oeiras
- 3 – Natureza da actividade: Ensino (1º, 2º e 3º Ciclos e Secundário) e Educação Pré-Escolar; Ensino de actividades culturais; Actividades de Organizações Religiosas; Arrendamento de bens imobiliários; Actividades das artes do espectáculo

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Entidade ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2025.

### **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**

#### 2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras:

Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL.

*Maria*  
*13*

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

### 3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção, nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas Devedores e credores por acréscimos e Diferimentos.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação, quer ao nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes desta mesma informação.

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes da informação, com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a

Handwritten notes in blue ink, including a large 'A' and other illegible scribbles.

Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

### 3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração

#### Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que estas reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo utilizadas as seguintes taxas:

Edifícios e outras construções	10-50 anos
Equipamento básico	4-8 anos
Equipamento de transporte	4-5 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos
Equipamentos Diversos	3-10 anos

#### Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

#### Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

#### Fundos patrimoniais

A rubrica Fundos constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos. Os Fundos Patrimoniais são compostos por:

*Handwritten mark*

*Handwritten marks and numbers*

- Annex
- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
  - Fundos acumulados e outros excedentes;
  - Subsídios, doações e legados que o Estado ou outro instituidor, ou a norma legal aplicável a cada entidade, estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

#### Subsídios do Estado

Os subsídios do Estado são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

#### Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação.

Neste exercício, a Entidade não reconheceu nenhuma Provisão, isto é, não foram identificadas obrigações presentes resultantes de algum evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Handwritten notes in blue ink, including a circled 'A' and some illegible characters.

#### Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.*

Assim, o Centro Cultural e Paroquial de N. Sra. do Cabo - Associação encontra-se isento de IRC ao abrigo do atrás descrito.

#### 4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário dos Órgãos Sociais sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2025	2024
Numerário	446,37	426,10
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	467.189,81	359.494,37
Outras disponibilidades	0,00	0,00
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>467.636,18</b>	<b>359.920,47</b>
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	<b>467.636,18</b>	<b>359.920,47</b>
Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo	0,00	0,00

*Handwritten mark*

*Handwritten initials and marks*

## 5. Activos fixos tangíveis:

### 5.1 – Divulgações por cada classe de activos fixos tangíveis:

Movimentos	Rubricas							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
Saldo inicial:								
Valor de aquisição	0,00	280.544,78	357.354,14	0,00	131.812,03	2.791,84	0,00	772.502,79
Depreciação acumulada	0,00	-173.666,56	-342.368,58	0,00	-115.049,19	-2.791,84	0,00	-633.876,17
Valor líquido inicial	<b>0,00</b>	<b>106.878,22</b>	<b>14.985,56</b>	<b>0,00</b>	<b>16.762,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>138.626,62</b>
Movimentos do ano:								
Aquisições	0,00	0,00	41.276,50	0,00	2.689,47	0,00	0,00	43.965,97
Alienações/Abates	0,00	0,00	-2.708,27	0,00	-299,01	0,00	0,00	-3.007,28
Depreciação do exercício	0,00	-12.778,51	-10.442,03	0,00	-3.461,44	0,00	0,00	-26.681,98
Reg. da deprec. das alien/abates	0,00	0,00	2.708,27	0,00	299,01	0,00	0,00	3.007,28
Total de movimentos	<b>0,00</b>	<b>-12.778,51</b>	<b>30.834,47</b>	<b>0,00</b>	<b>-771,97</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.283,99</b>
Saldo final:								
Valor de aquisição	0,00	280.544,78	395.922,37	0,00	134.202,49	2.791,84	0,00	813.461,48
Depreciação acumulada	0,00	-186.445,07	-350.102,34	0,00	-118.211,62	-2.791,84	0,00	-657.550,87
Valor líquido final	<b>0,00</b>	<b>94.099,71</b>	<b>45.820,03</b>	<b>0,00</b>	<b>15.990,87</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>155.910,61</b>

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha recta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existem nenhum activo dado como garantia de passivos, financeiros.

5.3 – Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros activos, durante um período:

A depreciação reconhecida no ano é de 26.681,98 euros.

5.4 – Montante e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural:

Não existem bens desta natureza.

12  


## 6. Inventários:

Inexistência de inventários quer no exercício corrente, quer no exercício anterior.

*mark*

## 7. Créditos a receber e outros activos correntes:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Entidade entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor. A 31 de Dezembro 2025 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos para os quais não existe imparidade registada.

O detalhe da rubrica de créditos a receber é o seguinte:

Natureza	2025	2024
Cientes	5.331,01	18.365,40
Total	<b>5.331,01</b>	<b>18.365,40</b>

O detalhe da rubrica de outros activos correntes é o seguinte:

Natureza	2025	2024
Adiantamentos a fornecedores	0,00	64,84
Adiantamentos operações com outro pessoal	81,70	0,00
Outros devedores	34.053,70	31.442,87
Total	<b>34.135,40</b>	<b>31.507,71</b>

*12*  
*#*  
*1/2*  
*2*  
*Q*  
*A*

## 8. Diferimentos

Os diferimentos apresentam-se como segue:

Natureza	Ativo	Passivo
Seguros	4.545,96	0,00
Aluguer de equipamentos	125,99	0,00
Outros gastos a reconhecer	1.398,55	0,00
Rendimentos a reconhecer - DGEST	0,00	180.520,01
	<b>6.070,50</b>	<b>180.520,01</b>

## 9. Fundos Patrimoniais:

A variação ocorrida, nos anos de 2024 e 2025, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações nos Fundos Próprios.

## 10. Fornecedores e outras contas a pagar:

10.1 — Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores é:

Natureza	2025	2024
Fornecedores conta corrente	6.857,47	5.235,40
Total	<b>6.857,47</b>	<b>5.235,40</b>

12  
12

As outras contas a pagar apresentam-se como se segue:

Natureza	2025	2024
Adiantamentos de clientes	4.897,63	6.440,33
Pessoal	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00
Credores por acréscimos	248.620,70	251.908,05
Outros credores	86.722,92	57.568,06
Total	<b>340.241,25</b>	<b>315.916,44</b>

*Handwritten mark*

**11. Estado e outros entes públicos:**

A rubrica do Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	Activo corrente	Passivo corrente
Retenção de impostos sobre rendimentos	153,12	24.888,37
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	617,69
Contribuições para a Segurança Social/CGA	0,00	51.642,32
Outras tributações - FCT e FGCT	0,00	0,00
Total	<b>153,12</b>	<b>77.148,38</b>

A Instituição não tem dívidas à Autoridade Tributária (AT) nem ao Instituto da Segurança Social.

**12. Financiamentos obtidos:**

Não existem financiamentos obtidos.

*Handwritten initials and marks*

### 13. Rédito:

13.1 – Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

13.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2025	2024
Vendas:		
Mercadorias	0,00	0,00
Total de vendas	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Prestações de serviços:		
Mensalidades e espectáculos	1.099.734,54	1.089.876,52
Quotizações	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Comparticipação de utentes	0,00	0,00
Total de prestações de serviços	<b>1.099.734,54</b>	<b>1.089.876,52</b>
Outros rendimentos e ganhos:		
Rendimentos suplementares	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1.460,00	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	6.643,40	1.703,09
Outros	2.845,66	5.136,60
Total de outros rendimentos e ganhos	<b>10.949,06</b>	<b>6.839,69</b>
Juros, dividendos e outros rendimentos:		
Juros obtidos	612,50	2.062,50
Total de Juros, dividendos e outros rendimentos	<b>612,50</b>	<b>2.062,50</b>

### 14. Subsídios, doações e legados à exploração:

14.1 — Política contabilística adoptada para os subsídios do Estado, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Estado são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização:

TH  
12  
⊕  
P

Os subsídios do Estado relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Os subsídios do Estado relacionados com activos são inicialmente contabilizados nos Fundos patrimoniais e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do activo caso sejam activos depreciables ou amortizáveis, ou, mantidos nos Fundos patrimoniais, caso esses activos não sejam depreciables ou não amortizáveis.

14.2 — Natureza e extensão dos subsídios do Estado reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Estado de que directamente se beneficiou.

Os rendimentos provenientes dos Subsídios decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.047.026,65	964.750,01
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Outros	8.039,97	14.458,00
Total	<b>1.055.066,62</b>	<b>979.208,01</b>

As outras variações nos fundos patrimoniais respeitam a subsídios ao investimento, conforme segue:

Descrição	2025	2024
Subsídio Biblioteca - Partitureca	2.951,99	3.320,99
Subsídio Biblioteca - Partitureca móveis	3.004,54	9.338,63
Subsídio CMO - Instrumentos	34.582,19	0,00
Total	<b>45.538,72</b>	<b>12.659,62</b>

14.3 — Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Estado que foram reconhecidas.

Não aplicável.

14.4 — Benefícios com valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.

Não aplicável.

Handwritten notes in blue ink, including the number '12' and some illegible scribbles.

14.5 — Principais doadores/fontes de fundos

O principal doador de fundos tem sido o Ministério de Educação.

15. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos decompõem-se da seguinte forma:

Natureza	2025	2024
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	171.961,99	180.166,26
Materiais	15.419,74	24.074,02
Energia e fluidos	26.698,04	30.181,49
Deslocações, estadas e transportes	4.259,83	7.210,49
Serviços diversos	34.060,60	33.457,27
Total	<b>252.400,20</b>	<b>275.089,53</b>

16. Gastos com pessoal:

Os gastos com pessoal decompõem-se da seguinte forma:

Natureza	2025	2024
Remunerações do pessoal	1.458.660,64	1.466.834,23
Indemnizações	25.171,45	31.339,02
Encargos sobre remunerações	315.681,66	317.226,37
Seguros de acidentes de trabalho	9.053,04	8.280,84
Outros gastos com o pessoal	1.508,28	3.104,40
Total	<b>1.810.075,07</b>	<b>1.826.784,86</b>

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade foi de 80.

17. Acontecimentos após a data do balanço:

17.1 — Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

*Handwritten signatures and initials:*  
M  
A  
R  
M

A Direcção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório da Direcção.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

A Direcção detém o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

17.2 — Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

**Direcção**

*José António Furtado*  
José António Furtado  
*José António Furtado*  
*José António Furtado*  
*José António Furtado*  
São Pedro do Espírito Santo

**Contabilista Certificado**

*Isabel C. Luís*  
CC n.º 59753

## ATA DA REUNIÃO DE MARÇO DE 2026

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu a Direção do CCPNC – Centro Cultural Paroquial Nossa Senhora do Cabo – Associação, também designado, nos termos dos respetivos Estatutos, por Escola de Música de Nossa Senhora do Cabo, para deliberar sobre os seguintes assuntos: -----

1. **Aprovação das Contas do Exercício de 2025.** -----

Após análise dos documentos apresentados — nomeadamente o balancete, o balanço e a demonstração de resultados, que se anexam à presente ata, devidamente rubricados e dela fazendo parte integrante — a Direção deliberou **aprovar as contas relativas ao exercício de 2025**, que evidenciam um **resultado positivo no valor 70.005,02€ (setenta milhares, cinco euros e dois cêntimos)**. -----

Considerando que nos últimos três exercícios se tinham verificado resultados negativos, a Direção **registra com satisfação** ter sido possível inverter essa tendência em 2025. Tal resultado deve-se ao **significativo esforço realizado ao longo do último ano**, através da implementação de diversas medidas de gestão que demonstraram eficácia e permitiram alcançar este saldo positivo. -----

Não obstante o resultado favorável alcançado, este não é ainda suficiente para compensar integralmente os prejuízos acumulados no último triénio. Assim, a Direção considera **indispensável a continuidade das medidas implementadas**, bem como o **rigoroso acompanhamento da execução orçamental ao longo de 2026**, garantindo a manutenção do rumo traçado, **pelo menos até que o Ministério da Educação confirme o aumento do valor da comparticipação por aluno**, no âmbito do **Contrato de Patrocínio** que financia o Ensino Articulado. -----

2. **Atualização da Tabela de Preços para 2026/2027.** -----

De seguida, a Direção determinou que o DAF apresente uma **nova tabela de preços para o ano letivo de 2026/2027**, contemplando um **aumento médio de 2,5%**, arredondado para a unidade mais próxima. Esta tabela será analisada e aprovada na próxima reunião. -----

3. **Outros Assuntos.** -----

Seguiu-se um período dedicado a outros assuntos, durante o qual foi comunicado: -----

a. Que a Câmara Municipal enviou, na semana anterior, uma equipa para proceder à vistoria dos estragos provocados pelas chuvas. -----

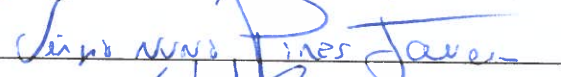
b. Foi ainda dada nota da **manifestação agendada para o dia de amanhã**, junto ao Ministério da Educação, com o objetivo de exigir o **aumento da comparticipação por aluno**, ajustando o respetivo valor, pelo menos, no próximo concurso a realizar no corrente ano. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes. -----

O Presidente: 

O Vice-presidente: 

O Tesoureiro: 

O Secretário: 

O Vogal: 



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que lhe foi conferido, vem o Conselho Fiscal do CCPNC – Centro Cultural Paroquial de Nossa Senhora do Cabo – Associação, emitir o seu parecer sobre as contas relativas ao exercício de 2025.

Acompanhámos a evolução da actividade do CCPNC, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor desde 18 de Setembro de 2009, tendo recebido da Direcção e dos Serviços os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções verificámos a exactidão das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2025, que foram submetidas à nossa apreciação pela Direcção do CCPNC, e a adequada aplicação das políticas e dos princípios contabilísticos que presidiram à sua preparação.

Face ao que tivemos oportunidade de observar, somos de opinião que as demonstrações financeiras suprarreferidas estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação.

Este Conselho Fiscal deu também parecer favorável à constituição da imparidade (Clientes - dívidas a receber) no valor de 4.395,50 €, proposta pela Direcção, depois de explicadas as respectivas evidências objetivas e critérios utilizados, com salvaguarda da legislação em vigor.

Não colocando em causa a aprovação das contas ora apresentadas, recomendamos:

- Corrigir a designação da conta 651 que consta no balancete, de “651 – Despesas c/ Propriedade Industrial” para “651 – Em dívidas a receber”.
- actualizar o inventário de bens de activos fixos tangíveis e proceder à respectiva conciliação com os mapas de amortizações, considerando o desreconhecimento dos elementos que constam nos mapas sem correspondência no inventário, nomeadamente nas linhas com a descrição de “anterior”; sublinhe-se que os elementos constantes nestas linhas se encontram totalmente amortizados, excepto a linha referente á conta 4321 – Construções.


Para o exercício de 2026 (reconhecendo esforço já efectuado no exercício de 2025), recomendamos:


- prosseguir no esforço de apurar o justo valor dos activos tangíveis correspondentes aos instrumentos musicais em utilização, e já totalmente amortizados, por forma a proceder à sua reavaliação contabilística e respectivo Excedente de Revalorização nos Fundos Patrimoniais; no mesmo exercício e seguintes, reconhecer as respectivas depreciações e utilização da reserva de revalorização na proporção da vida útil considerada;

**CONSELHO FISCAL**  
**CCPNC - CENTRO CULTURAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DO CABO - ASSOCIAÇÃO**  
**ESCOLA DE MUSICA NOSSA SENHORA DO CABO**

- manter a atenção nas oportunidades que possam viabilizar o resgate do FCT (Fundo de Compensação do Trabalho), reconhecido em Investimentos Financeiros, na decorrência do Decreto-Lei n.º 115/2023, de 15 de dezembro.

Linda-a-Velha, 21 de Março de 2026

  
\_\_\_\_\_  
José Guilherme Gaspar

  
\_\_\_\_\_  
Nuno Barreto

  
\_\_\_\_\_  
Manuel Ferreira da Costa